



## CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

### ATO Nº 18/CSJT.GP.SG, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a composição do Comitê Gestor do Sistema Unificado de Cálculo da Justiça do Trabalho - cgCALC.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições regimentais,

#### RESOLVE:

Art. 1º O Comitê Gestor do Sistema Unificado de Cálculo da Justiça do Trabalho – cgCALC, instituído mediante o [Ato CSJT n.º 164, de 8 de outubro de 2009](#), passa a ter a seguinte composição:

- **Desembargador José Maria Quadros de Alencar**, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região;

- **Bruno Azalim R. da Costa**, Técnico Judiciário, Diretor da Secretaria de Cálculos Judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região;

- **Carlos Aita**, Analista Judiciário, Diretor da Secretaria Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

- **Alacid Corrêa Guerreiro**, Analista Judiciário, Assessor de Cálculos e Liquidações do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região;

- **Eduardo de Oliveira Ramos**, Técnico Judiciário, Diretor da Secretaria de Cálculos Judiciais e Assessoramento Econômico do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região;

- **José Alberto dos Santos Vieira**, Técnico Judiciário, Subdiretor da Secretaria da Vara do Trabalho de Itabaiana-SE;

- **Renato de Oliveira Luz**, Analista Judiciário, lotado no Gabinete do Desembargador Osmair Couto, do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

Art. 2º O cgCALC será coordenado pelo Desembargador José Maria Quadros de Alencar, que terá como substituto o servidor José Alberto dos Santos Vieira.



REVOGADO

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de fevereiro de 2012.

**Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN**  
**Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho**



**Biblioteca Digital**  
Tribunal Superior do Trabalho

Fonte: Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 912, 3 fev. 2012. Caderno Jurídico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, p. 1-2.

Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, DF, n. 5, 10 fev. 2012, p. 4.